**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO OFERECIDAS AO PROJETO DE
LEI Nº 1.209, DE 2011.**

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais pares, primeiro eu quero dizer da alegria e satisfação em poder relatar um dos projetos mais importantes que, no nosso mandato, Deputado Onyx, vai passar por esta Casa. Refiro-me ao projeto do PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Esse programa, encaminhado pela Presidenta Dilma, sem dúvida alguma representa um grande avanço para o nosso País em termos de qualificação, em termos de formação, em termos de oportunidade para os nossos cidadãos.

Hoje, nós estamos vivendo o apagão da mão de obra qualificada. Há vagas no mercado, mas não há mão de obra necessária para poder ocupar essas vagas. É por isso que o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e o Governo como um todo encaminharam esse projeto à Casa, para que pudéssemos criar um grande programa voltado ao ensino técnico, à formação profissional dos trabalhadores em todo o Brasil.

E eu quero agradecer aos outros Relatores que, junto conosco, trabalharam nesse projeto, ao Deputado Biffi, da Comissão de Educação, ao Deputado Júnior Coimbra, da Comissão de Finanças e Tributação, ao Deputado Jorginho Mello, da Comissão de Justiça. Nós quatro estivemos durante esses últimos meses trabalhando com afinco, percorrendo o País, fazendo audiências públicas, fazendo audiências públicas inclusive aqui, na Câmara dos Deputados, ouvindo a sociedade como um todo, para que

construíssemos um projeto e um substitutivo que efetivamente atendesse à necessidade do nosso País.

E quero dizer, Sr. Presidente, da colaboração de muitos dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que estão aqui, através das emendas, sugestões, através de todas as conversas que tivemos ao longo de todo esse tempo. E hoje estamos, então, na iminência de votar esse grande programa, que é o PRONATEC, para o Brasil como um todo.

E as emendas que foram apresentadas, até a de nº 18, já foram discutidas em cada uma das Comissões, e agora nós temos aqui as emendas de nºs. 19 a 37, Deputado Vanhoni, que chegaram ao plenário. E nós vamos tecer alguns comentários a respeito, então, de cada uma delas para que possamos analisá-las.

A Emenda nº 19, a primeira que nos chegou às mãos, é de autoria do Deputado Diego Andrade, e S.Exa. pretende incluir também trabalhadores em transporte como uma das categorias que teriam prioridade para formação de motoristas.

Essa emenda é obviamente meritória — e todas o são. Mas, se começarmos a especificar cada uma das categorias que poderão ser atendidas, ou que deverão ser atendidas, isso criaria uma dificuldade muito grande. Então, entendemos a ideia, entendemos o espírito, sabemos da importância que tem essa categoria, mas infelizmente não podemos acatá-la.

Outra emenda é a de nº 20, de autoria do Deputado Ângelo Agnolin, que fala a respeito dos estudantes matriculados em cursos superiores à distância. Gostaríamos de lembrar que o PRONATEC é focado na educação profissional, no ensino médio, e não abarca a educação superior. Por isso mesmo também não podemos atender a essa emenda.

A Emenda nº 21 é supressiva, de autoria do Deputado André Figueiredo. Quero agradecer ao Deputado pelas várias contribuições que nos deu, pelas reuniões que fizemos, inclusive solicitando a melhoria desse projeto como um todo. As emendas que ele apresenta são as de nºs. 21, 22 e 24.

Na nº 21, S.Exa. restringe os recursos do FAT que podem ser utilizados. Essa é uma questão fundamental, uma fonte de custeio importante para o PRONATEC. E também limita aos bancos oficiais a execução do PRONATEC, sendo que a intermediação não é necessária, e é onerosa essa execução bancária. Então, não podemos também acatar as emendas do Deputado André Figueiredo.

A Emenda nº 23, também do Deputado André Figueiredo, pretende fazer o arredondamento do seguro-desemprego. Se tivéssemos 24,05, ele ficaria em 25 ou 30, inclusive para facilitar para os cidadãos o saque nas agências bancárias. Mas, no entendimento do próprio Governo, Deputado André, isso aumenta o custo e fragiliza ainda mais o próprio FAT.

A Emenda nº 25 é substitutiva global de autoria do DEM. O DEM, querendo obviamente contribuir com o projeto, acaba reescrevendo a emenda e mudando uma série de questões referentes ao PRONATEC. Nós não podemos acatá-la, até porque esse relatório foi construído em cada uma das Comissões, foi conversado com vários segmentos e, no nosso entendimento, não há como aprovarmos um substitutivo global ao PRONATEC.

A Emenda nº 26 é de autoria do Deputado Otavio Leite e prevê o estímulo à expansão de oferta de vagas para pessoas com deficiência, inclusive com articulação dos institutos públicos federais, estaduais e municipais de educação. Na verdade, o projeto já contempla isso; já há essa articulação com as redes tanto federal como estadual, e isso

já prevê o PRONATEC. Também por esse motivo, nós não podemos então acatar essa emenda.

A Emenda nº 27 também é de autoria do Deputado André Figueiredo. É uma questão referente ao Ministério do Trabalho. Ainda hoje de manhã, nós tivemos uma reunião, e S.Exa. enfaticamente apresentou a necessidade de acatarmos essa emenda. Conversamos inclusive com o Governo para poder ver a possibilidade de a acatarmos, até pela dedicação, pelo esforço e pelo grande poder de convencimento do Deputado André. Mas lamentavelmente, Deputado André Figueiredo, após conversarmos com vários setores do Governo, chegou-se ao entendimento de que a maneira como está redigida seria a mais correta, e o Governo reitera que não há qualquer interesse de acabar com os programas junto ao Ministério do Trabalho, muito especialmente o Programa ProJovem, executado por aquele órgão.

Fora isso, nós temos a Emenda nº 28, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni e da Deputada Gorete Pereira, que prevê que, do total de recursos financeiros de que trata o *caput* desse artigo, no mínimo 30% deverão ser destinados para as regiões Norte e Nordeste, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

Nós achamos também que é difícil darmos um percentual, até porque, dependendo da execução do programa, pode ser até superior a esse valor. Vai depender dos projetos apresentados e da demanda que vai ter. Então, compreendemos a preocupação dos Deputados, mas, no nosso entendimento, não podemos acatar essa emenda.

O Deputado Rubens Bueno, nosso colega do Paraná, apresenta uma emenda substitutiva em que pretende que a Lei Orçamentária garanta, até 2016, um incremento real de no mínimo 20% ao ano da dotação do FIES, tendo como base o montante alocado na LOA de 2011.

Nós achamos difícil antecipar a previsão orçamentária. O Governo tem dito claramente, e essa é a vontade dos Srs. Deputados e da sociedade como um todo, que não falem recursos para o FIES.

Inclusive, nesse programa, nesse projeto, nós temos o FIES para o jovem, como ele tem no ensino superior. O jovem pode buscar recurso para poder fazer um curso superior. Agora, além do curso técnico, que está sendo previsto, nós estamos abrigando uma outra possibilidade, que é o FIES-Empresa, em que as empresas, Deputada Dorinha, vão buscar recursos para poder qualificar seus trabalhadores. Essa é uma inovação que não existia. Nós estamos colocando agora, através do PRONATEC, para atender ainda mais à educação profissional do nosso País.

Emendas nº 31 e nº 33. A Emenda nº 31 é de autoria também do Deputado Rubens Bueno, como a Emenda nº 35. Elas colocam questões referentes ao INSS. Permitem que se recolham 5% para a contribuição previdenciária. No nosso entendimento, e também dos outros Relatores, essas emendas prejudicam o INSS, que prevê a aposentadoria por tempo real de contribuição. Se nós aprovássemos essas emendas, acabaríamos prejudicando o INSS.

Temos, ainda, a Emenda nº 34, do Deputado Rubens Bueno, que pretende uma coisa já prevista no projeto.

Diz o seguinte:

Emenda nº 34.

Nos Municípios onde não houver vagas nas instituições de educação profissional e tecnológica nas redes públicas estaduais e municipais, ou carentes dessas instituições, bem como no EJA, em entidade do Sistema S ou em outras

entidades sem fins lucrativos credenciadas para a operacionalização dos objetivos do PRONATEC, o trabalhador desempregado poderá continuar recebendo as parcelas do seguro-desemprego, conforme o estabelecido nesta lei.

Isso já está previsto. Se não houver a possibilidade de que ele venha fazer um curso, ele não vai ter a interrupção do seguro-desemprego. Então, o entendimento do Deputado Rubens Bueno já está previsto no projeto, já está previsto em nosso relatório.

A Emenda nº 36, também de autoria do Deputado Rubens Bueno, coloca o incremento de 20% na dotação do FIES, tendo como base o montante alocado na LOA 2011.

Reportamo-nos a outra emenda. Não há como afirmar qual será o crescimento do FIES. Vai depender da demanda. Mas o próprio Governo tem dito que há interesse de atender, através do FIES, a demanda que o Brasil vai ter. Com certeza, esse programa vai crescer ao longo dos anos.

Finalmente a Emenda nº 37, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, já foi analisada em outra emenda.

Emenda nº 37.

O Poder Executivo definirá critérios mínimos de qualidade para que as entidades privadas a que se refere o caput possam receber recursos financeiros do PRONATEC.

O regulamento vai prever isso. Tanto é que há a necessidade de as empresas, de as entidades se inscreverem junto ao Ministério da Educação. E o Ministério da Educação será o responsável, então, para que nós tenhamos a qualidade dos cursos que serão ofertados através do PRONATEC.

Sr. Presidente, essas são as emendas apresentadas em Plenário. E nós, em resumo, somos pela rejeição no mérito das Emendas de Plenário de nºs 19 a 37, mantendo o texto aprovado na Comissão de Educação e Cultura, tão bem relatado pelo Deputado Biffi.

Eram essas as nossas considerações. Queremos agradecer a participação de todos os Srs. Deputados, das pessoas que nos auxiliaram, do Davi, muito especialmente, da Comissão do Trabalho, que fez um belo trabalho conosco, de todos aqueles consultores da Casa que nos auxiliaram. Queremos agradecer a todas as pessoas que compõem o Governo e que estiveram durante todos esses meses nos auxiliando, ao Ministro da Educação, ao Ministro do Trabalho e à Ministra Ideli. Nosso Líder Vaccarezza teve papel fundamental para que pudéssemos chegar ao dia de hoje. Se Deus quiser, daqui a poucos minutos, votaremos esse grande programa que, sem dúvida alguma, será de fundamental importância para o nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela gentileza.